



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O atraso no desenvolvimento do governo electrónico nos serviços públicos aumentou significativamente o volume de trabalho dos trabalhadores dos serviços públicos e afectou gravemente a saúde física e mental dos mesmos

Desde que o Governo da RAEM anunciou, pela primeira vez, no Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2013, o “Planeamento do Governo Electrónico e impulso do seu desenvolvimento e aplicações”, já se passaram quase 10 anos. No entanto, até à presente data, o desenvolvimento do governo electrónico ainda se encontra atrasado em alguns aspectos, e os dirigentes e as políticas são redundantes, como, por exemplo: o desperdício de grande quantidade do recurso de papel decorrente da lenta generalização da medida de “acabar com o papel” nos serviços públicos; a baixa eficácia administrativa decorrente do grave problema de gestão, etc. Apesar de, ao longo dos anos, termos reflectido várias vezes junto do Governo a existência destes problemas, até ao momento, não há indícios de que estejam a ser resolvidos. Sem elevar a eficácia administrativa e simplificar os procedimentos administrativos, esses problemas, que se arrastam há vários anos, não só levam ao aumento significativo do volume de trabalho dos trabalhadores dos serviços públicos, como também afectam gravemente o seu estado de saúde.

Há pouco tempo, o nosso Gabinete recebeu inúmeras queixas de trabalhadores dos serviços públicos, apontando que o desenvolvimento do governo electrónico nos serviços públicos está atrasado e que a eficácia administrativa, em vez de aumentar, está a diminuir, estando cada vez mais grave. Segundo algumas opiniões, o grau de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

generalização da medida de “acabar com o papel” em vários serviços públicos é baixo, e o fenómeno de desperdício de papel na elaboração de pareceres, relatórios, propostas, entre outros documentos, está a agravar-se. É de salientar que, olhando para o passado, já repercutimos várias vezes junto do Governo sobre o atraso na generalização daquela medida nos serviços públicos, no entanto, até ao momento, ainda não se registou qualquer melhoria ou aumento no grau de generalização, o que, por conseguinte, levou à subida constante do número de queixas apresentadas pelos trabalhadores dos serviços públicos.

Segundo ainda algumas opiniões, tomando como exemplo o procedimento de tratamento dos pedidos de atribuição de apoio financeiro desportivo da tutela da Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, os documentos apresentados pelos clubes e pelas associações desportivas necessários para a respectiva atribuição (variando entre dezenas e mais de cem folhas de papel), normalmente, incluem ofícios, formulários, planos de actividades, regulamentos, horários, conteúdos, listas de pessoal (incluindo dados pessoais como *curriculum vitae*, documentos de identificação, etc.), e orçamento de despesas (tais como, documentos de cotação relativos a: transporte, alojamento, uniformes, publicidade, disposição de espaços, filmagem/fotografia, limpeza, segurança, equipamentos, etc.). Mas o pior é, aquando da elaboração de propostas e relatórios, os trabalhadores dos serviços públicos são obrigados a inserir novamente os documentos acima referidos no computador e a redigi-los nos relatórios, o que causa desperdício de papel sem justificação e complexidade e morosidade nos procedimentos administrativos.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Os trabalhadores dos serviços públicos acrescentaram ainda que, ao longo dos 24 anos que se seguiram ao retorno de Macau à Pátria, a quantidade média de papel utilizada na elaboração de propostas ou relatórios, com cerca de mil caracteres, tem sido de duas a três folhas de papel; e, nos últimos anos, o uso de papel para a elaboração de propostas ou relatórios duplicou para quinze a vinte folhas, com uma média superior a dez mil caracteres, quantidade tão elevada como a de teses. No entanto, na realidade, trata-se de um “castigo de fazer cópias”. Para além disso, esses documentos necessitam ainda de ser revistos várias vezes, o que causa não só trabalho e políticas redundantes, mas também retrocesso da eficácia administrativa.

Esta forma repetida e pouco eficaz de organização do trabalho, para além de causar desperdício de papel, aumenta também significativamente o volume de trabalho dos trabalhadores dos serviços públicos, que têm de prestar trabalho extraordinário diariamente, não podendo descansar nos feriados ou, mesmo durante os feriados, têm de continuar a trabalhar em casa para acabar o trabalho, trabalhando até às 3 e 4 horas da manhã, situações que afectam gravemente a sua saúde física e mental.

Segundo ainda esses trabalhadores dos serviços públicos, devido ao aumento significativo do volume de trabalho, os técnicos, as chefias e os dirigentes dos respectivos serviços até já apresentam, por exemplo, os seguintes sintomas de diversas doenças crónicas: dores de cabeça, tonturas, insónias, pesadelos, cansaço, dores de estômago, envelhecimento acelerado, etc., bem como os seguintes sintomas emocionais: irritabilidade, nervosismo, ansiedade, depressão e, nos casos mais



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

graves, até pensamentos de suicídio, etc. Referiram ainda que os trabalhadores da função pública têm de trabalhar depois de sair do local de trabalho ou nos dias de descanso, o que não só afecta a sua saúde física e mental, como também prejudica indirectamente o seu sentimento de felicidade familiar e, a longo prazo, poder-se-ão originar diversos problemas familiares, por exemplo, conflitos, afastamento de relações e até ruptura de relações, etc.

É de acrescentar que, ao longo dos anos, apresentei várias interpelações escritas e orais sobre o “desenvolvimento do governo electrónico” e da medida de “acabar com o papel”, e também já questionei várias vezes e intervim sobre as referidas situações em reuniões plenárias da Assembleia Legislativa, salientando a importância da implementação do “acabar com o papel” e da promoção do “desenvolvimento do governo electrónico” nos serviços públicos. Mas é lamentável que estas sugestões não tivessem merecido a devida atenção das autoridades, o que causou o aumento contínuo das queixas apresentadas pelos trabalhadores dos serviços públicos e o seu baixo moral.

Hoje em dia, muitos países modernos, aquando do tratamento de documentos, optam por proceder à sua transmissão através da *internet*, após a sua electrónica, e recorrendo à assinatura electrónica, com vista a poupar recursos e a proteger o ambiente. Tomando como exemplo o funcionamento dos tribunais de Singapura, através da adopção de uma série de medidas administrativas, foi promovida com sucesso a plena informatização no seu funcionamento. Em 2019, o Tribunal de Singapura foi eleito o mais eficiente do mundo pelo Banco Mundial; e, em 2022,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Singapura ficou no 12.º lugar a nível mundial no “Estudo sobre Governo Electrónico < Países Líderes no desenvolvimento do Governo Electrónico em 2022 >” das Nações Unidas.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Como já foi referido, os documentos apresentados pelos clubes e pelas associações desportivas necessários para a atribuição de apoio financeiro (variando entre dezenas e mais de cem folhas de papel), que são tratados pelo Instituto do Desporto, normalmente, incluem ofícios, formulários, planos de actividades, regulamentos, horários, conteúdos, listas de pessoal (incluindo dados pessoais como *curriculum vitae*, documentos de identificação, etc.), e orçamento de despesas (tais como, documentos de cotação relativos a: transporte, alojamento, uniformes, publicidade, disposição de espaços, filmagem/fotografia, limpeza, segurança, equipamentos, etc.). Mas o pior é, aquando da elaboração de propostas e relatórios, os trabalhadores dos serviços públicos são obrigados a inserir novamente os documentos acima referidos no computador e a redigi-los nos relatórios, o que causa desperdício de papel sem justificação e complexidade e morosidade nos procedimentos administrativos. Face a estes problemas graves, o Governo da RAEM deve elevar a qualidade de gestão e adoptar medidas concretas e substanciais para revogar a referida disposição do “castigo de fazer cópias repetitivas”. Vai fazê-lo? Para além disso, o Governo da RAEM dispõe de algum plano concreto e pormenorizado, a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

curto e médio prazo, e a respectiva calendarização, para concretizar, de forma completa, a medida de “acabar com o papel” nos diversos serviços públicos, a fim de poupar recursos de papel, reduzir as emissões de carbono e elevar a eficácia administrativa?

2. O Governo da RAEM salientou várias vezes, em ocasiões públicas, que os trabalhadores dos serviços públicos são um pilar importante do Governo da RAEM. Relativamente às situações acima referidas, em que os trabalhadores dos serviços públicos são obrigados a prestar frequentemente trabalho extraordinário decorrente da demasiada carga de trabalho, o Governo deve, através de instruções uniformizadas ou de outras medidas administrativas, resolver a actual situação de sobrecarga de trabalho e de trabalho extraordinário em vários serviços públicos, adoptando medidas concretas para aliviar a grande pressão de trabalho desses trabalhadores dos serviços públicos. Vai fazê-lo? Para além disso, em relação aos trabalhadores dos serviços públicos que estão sujeitos ao regime de disponibilidade e que prestam serviços fora do horário de trabalho – no período de descanso – e que até fazem, em casa, os trabalhos mandados pelos seus superiores através das plataformas de *WhatsApp*, *WeChat*, etc., como é que o Governo da RAEM vai calcular a compensação destas horas extraordinárias?

3. Como já foi referido, há trabalhadores dos serviços públicos que já apresentam, por exemplo, os seguintes sintomas de diversas doenças crónicas decorrentes da sobrecarga de trabalho: dores de cabeça, tonturas, insónias, pesadelos, cansaço, dores de estômago, envelhecimento acelerado, etc., bem como os seguintes sintomas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

emocionais: irritabilidade, nervosismo, ansiedade, depressão e, nos casos mais graves, até pensamentos de suicídio, etc. Face a esta situação, de que medidas concretas dispõe o Governo da RAEM para a prestação de serviços de exame médico e de assistência médica aos trabalhadores dos serviços públicos que sofrem de doenças crónicas decorrentes do desempenho de funções pesadas, com vista a salvaguardar a sua saúde física e mental através de medidas concretas?

26 de Outubro de 2023

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
José Maria Pereira Coutinho